



República de Moçambique

Ministério do Turismo
Ministério da Agricultura

Plano de Acção Nacional para a Conservação da Chita (*Acinonyx jubatus*) e Mabeco (*Lycaon pictus*) em Moçambique



O presente documento é resultado principalmente de um seminário nacional realizado em Maputo nos dias 28 e 29 de Junho 2010. O apoio financeiro para a realização do seminário, bem como para a preparação do presente documento gentilmente providenciado por:

- IUCN/Special Survival Commission/Canid Specialist Group
- IUCN/ Special Survival Commission/Cat Specialist Group
- The Howard G. Buffett Foundation
- Wildlife Conservation Society
- Zoollogical Society of London
- Gorongosa Restoration Project
- Fauna & Flora International

Autores: Alessandro Fusari (Consultor, Ministério do Turismo, Moçambique)
Maria Cidália Mahumane (DNAC/Ministério do Turismo, Moçambique)
Oraca Elias Cuambe (DNAC/Ministério do Turismo, Moçambique)
Rezia Cumbi (DNTF/Ministério da Agricultura, Moçambique)
Paulo Barros (DNTF/Ministério da Agricultura, Moçambique)

Citação: Fusari, A., Mahumane, M.C., Cuambe, E.O., Cumbi, R. & P., Barros (2010). Plano de Acção Nacional para a Conservação da Chita (*Acinonyx jubatus*) e Mabeco (*Lycaon pictus*) em Moçambique. Ministério do Turismo e Ministério da Agricultura. Maputo, Moçambique.

Acrónimos

AMOS	Associação Moçambicana Operadores de Safari
CBD	Convention on Biological Diversity
CITES	Convenção Internacional sobre o Comercio das Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção
CSG	Cat Specialist Group (IUCN/SSC)
CWG	Carnivore Working Group
DNAC	Direcção Nacional das Áreas de Conservação
DNTF	Direcção Nacional de Terras e Florestas
GOM	Governo de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUCN	International Union for the Conservation of Nature
IUCN/SSC	International Union for the Conservation of Nature/Species Survival Commission
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MICOA	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
MITUR	Ministério do Turismo
MPD	Ministério para Planeamento e Desenvolvimento
NCP	Niassa Carnivore Project
ONG	Organização Não Governamental
ACs	Áreas de Conservação
ACTF	Áreas de Conservação Transfronteiras
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
WWF Moçambique	World Wide Fund for Nature, Moçambique

Conteúdos

1. Introdução

2. Contexto

2.1 Contexto geral

2.2 Contexto nacional

2.3 Distribuição da Chita e do Mabeco em Moçambique

3. Processo de Preparação do Plano de Acção Nacional

4. Plano Nacional para a Conservação da Chita e Mabeco em Moçambique

5. Referencias

Anexo 1 Definições do Quadro Lógico do Plano de Acção Nacional

Anexo 2 Quadro Lógico do Plano de Acção Nacional

Anexo 3 Lista dos participantes ao Seminário Nacional

Anexo 4 Agenda do Seminário Nacional

A Chita (*Acinonyx jubatus*) e o Mabeco (*Lycan pictus*) são ícones da vida selvagem Africana, representando também espécies chave para o turismo e a pesquisa científica. No entanto, estas espécies enfrentam grandes problemas de conservação. Todos os carnívoros de grande porte precisam de grandes áreas para sobreviver, especialmente o mabeco e a chita e, sendo que a população humana na África está aumentando e sempre mais os habitats são destruídos, estas duas espécies ameaçadas são frequentemente as primeiras a desaparecer.

Ambas as espécies experimentaram contrações importantes na sua distribuição geográfica na África Austral, com populações residentes que reduziram até 21% (chita) e 12% (mabeco) das suas distribuições históricas na região. No entanto, para grande parte da região (30-40%), não existem dados fiáveis sobre o estado e a distribuição das duas espécies.

Durante a última década tem sido reconhecido que para garantir uma melhor conservação das espécies ameaçadas, estas deveriam ser objecto de planeamento seja a nível regional, seja a nível dos vários países, sendo que a) as populações viáveis muitas vezes requerem áreas que atravessam as fronteiras nacionais, e b) há necessidade de obter o compromisso dos vários governos em proteger as espécies ameaçadas.

Assim a IUCN/SSC elaborou um processo de planeamento participativo para a de conservação das espécies, inicialmente na escala regional e, em seguida, a nível nacional, pelo desenvolvimento e implementação de planos de acção. Neste sentido foi realizado um seminário regional, que teve lugar entre os dias 3 e 8 de Dezembro de 2007 no Jwana Game Park, Botswana. Este seminário que acolheu representantes dos vários países da África Austral permitiu a elaboração da Estratégia Regional para Conservação da Chita e do Mabeco na África Austral. Esta estratégia reconheceu as seguintes necessidades principais:

1. Desenvolver a capacidade a nível da região em todos os domínios relacionados com a conservação da chita e do mabeco;
2. Melhorar o conhecimento da biologia da conservação das duas espécies,
3. Garantir que as informações colectadas sejam disponibilizadas a todos os interessados;
4. Minimizar os conflitos e promover a coexistência entre população humana, chitas e mabecos;
5. Minimizar os efeitos adversos do desenvolvimento da terra e promover a prática do uso sustentável e adequado da terra;
6. Assegurar o compromisso e o apoio político;

7. Revisar e, se necessário, alterar a legislação existente e as políticas a nível internacional e nacional;
8. Promover o desenvolvimento e implementação de planos de acção nacionais de conservação de ambas as espécies.

Este último ponto é importante, porque quase todos os esforços de conservação são promulgados no âmbito das políticas nacionais, sob a jurisdição das autoridades responsáveis para a conservação da vida selvagem. Por esta razão, a estratégia regional foi deliberadamente elaborada em um formato que facilite a tradução em planos de acção nacionais de conservação.

No sentido de dar continuidade à primeira recomendação os países da região da África Austral desenvolveram ou estão em processo de desenvolver estratégias nacionais de conservação e planos de acção para as duas espécies.

No caso de Moçambique, o primeiro passo foi a realização de um Seminário Nacional sobre Conservação do Mabeco e do Chita, realizado em Maputo nos dias 28 e 29 de Junho 2010. Este seminário nacional contou com a presença de representantes do governo, incluindo o Ministério do Turismo (MITUR), Ministério da Agricultura (MINAG), Ministério do Meio Ambiente (MCOA), técnicos das ACs, ONGs ligadas a conservação da natureza, o sector privado, incluindo a Associação dos Operadores de Moçambique (AMOS) e outras intervenientes relevantes. O Seminário foi facilitado por um especialista do Ministério do Turismo e pela Coordenadora Regional para a Conservação do Chita.

O segundo passo foi a elaboração do presente documento, por uma equipa editorial identificados pelas autoridades competentes moçambicanas.

O terceiro passo foi a aprovação do presente Plano de Acção Nacional para a Conservação da Chita e Mabeco pelas autoridades competentes, nomeadamente o Ministério da Agricultura e o Ministério do Turismo de Moçambique.

2.1 Contexto geral

A chita e o mabeco representam duas das espécies mais ameaçadas de grandes carnívoros a nível global e representam assim um grande desafio seja para a conservação seja para a gestão.

As chitas desapareceram de áreas enormes das suas distribuição histórica. Ainda ocorrem bastantes exemplares desta espécie, mas em áreas muito fragmentadas. Estima-se que as chitas desapareceram de cerca de 76% de sua áreas histórica no continente africano (Ray *et al.*, 2005).

Os mabecos também desapareceram de grande parte das suas áreas historicamente ocupadas. A espécie está virtualmente erradicada da África Ocidental, e muito reduzida na África Central e África do nordeste. As maiores populações permanecem na África Austral e na parte sul da África Oriental (McNutt *et al.*, 2010).

Estimar as populações das duas espécies é um exercício bastante ambicioso que envolve muita incerteza. O mabeco desapareceu da grande parte da sua área de distribuição original. A espécie está virtualmente erradicada da África Ocidental, e muito reduzida na África Central e na África do nordeste. As maiores populações permanecem na África Austral e parte do sul da África Oriental. Actualmente, a população do mabeco é estimada entre 3.000 e 5.500 exemplares, dos quais provavelmente inferior á 2.500 destes são indivíduos adultos. O tamanho da população continua a diminuir, como resultado do conflito com as actividades humanas, as doenças infecciosas, a fragmentação do habitat. Esta espécie mostra uma distribuição geográfica bastante fragmentada, o que representa mais uma ameaça para a conservação (Figura 1).

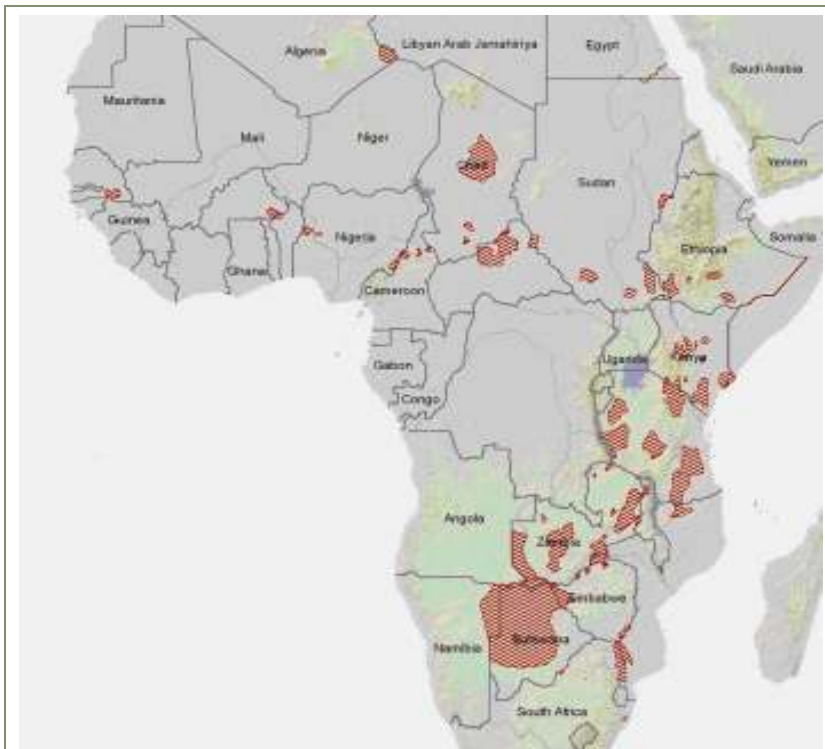


Figura 1. Distribuição geográfica do Mabeco (*Lycaon pictus*). IUCN, Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção, 2008.

O mabeco é actualmente classificado como Ameaçado (EN: critérios C2ai) na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, sendo as populações desta espécie classificadas como em diminuição.

A população de chitas é estimada em aproximadamente 7,500 animais adultos. Contudo, outras áreas onde a situação é pouco conhecida poderiam elevar o total para mais de 10,000. Dada a estimativa de 15,000 chitas na África na década de 1970 (Myers, 1975), é possível que tenha ocorrida uma queda de pelo menos 30% nos últimos 18 anos (três gerações). O declínio se deveu principalmente à perda e fragmentação de habitat, bem como o abate e captura de chitas como animais depredadores bem como para o comércio (Durant, *et al.*, 2008). Assim o tamanho da população continua a diminuir. Esta espécie mostra uma distribuição geográfica bastante fragmentada, o que representa mais uma ameaça para a conservação (Figura 2).

A chita é actualmente classificada como Vulnerável (VU: critérios A2acd; C1) na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, sendo que as populações desta espécie são em diminuição (Durant, *et al.*, 2008). A espécie é incluída no apêndice I da CITES, sendo apenas três países autorizados a comercialização, nomeadamente Botswana, Zimbabué e Namíbia (<http://www.cites.org/eng/resources/species.html>).

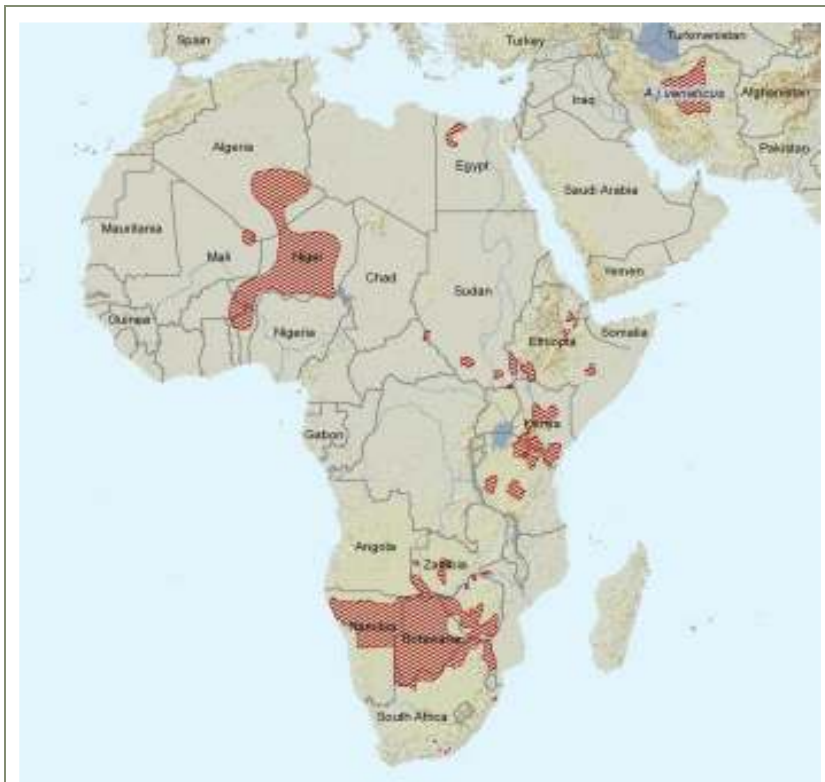
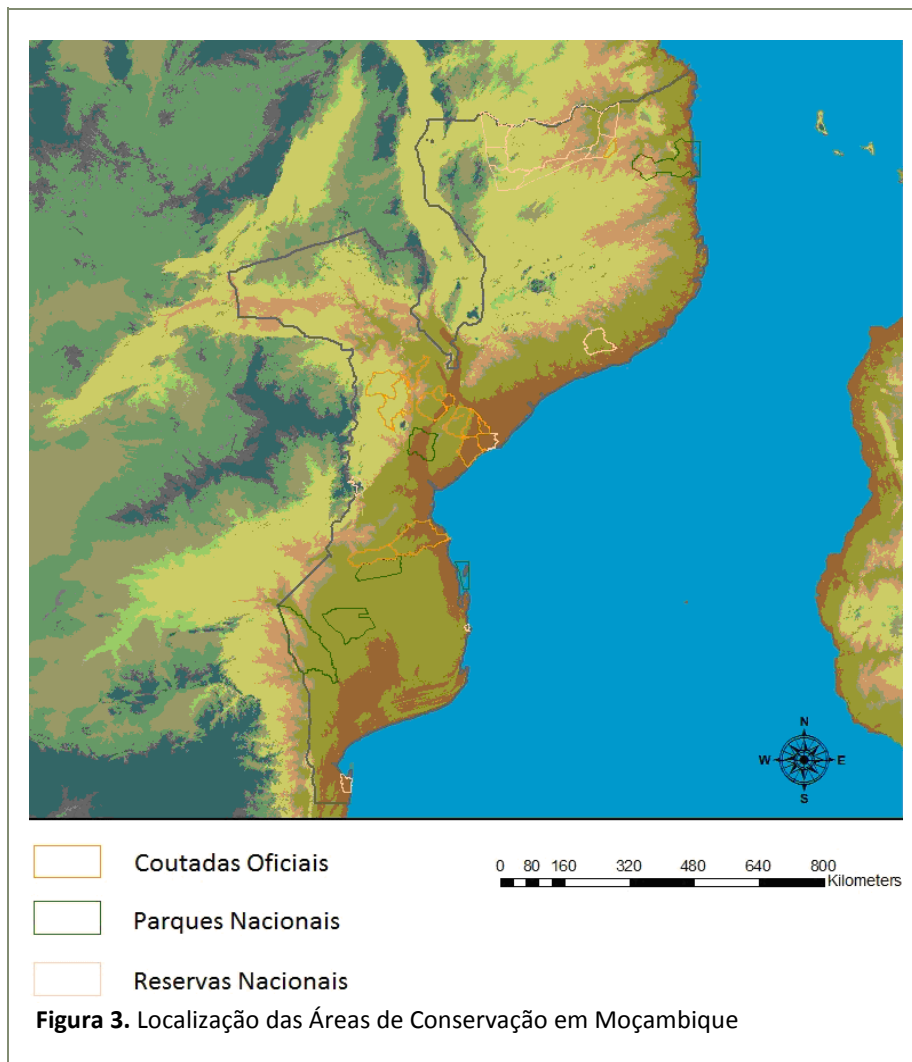


Figura 2. Distribuição geográfica da Chita em África (*Acinonyx jubatus* spp.) e em Ásia (*Acinonyx j. venaticus*). IUCN, Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção, 2008.

2.2 Contexto nacional

De acordo com o relatado na definição da Lei n. 10/99 (Lei de Florestas e Fauna Bravia), as áreas de conservação (ACs) em Moçambique incluem parques nacionais, reservas nacionais e zonas de caça ou Coutadas oficiais. Moçambique possui seis parques nacionais, seis reservas nacionais e doze Coutadas, cobrindo cerca de 20% do território nacional (Figura 3). Outras duas categorias com um certo grau de protecção são as Fazendas Game (Fazenda de Bravio) e os programas comunitários em Tete e Niassa (Tchuma Tchato e Chipange Chetu).



Embora protegidos pela Lei 10/99 (Lei de Florestas e Fauna Bravia) os mabecos e as chitas, juntamente com o leão, são entre os carnívoros de grande porte mais ameaçados em Moçambique. Conforme Smithers & Tello (1976) estas espécies eram antigamente bastante difundidas no país. Em particular, o mabeco era distribuído praticamente em todo Moçambique (Figura 4), uma vez que a chita era mais comum nas áreas a sul do Rio Zambeze (Figura 5), embora o mesmo Tello (1986) refere a presença de populações importantes de chita no norte do País, especialmente na Reserva Nacional de Niassa, mas que devido provavelmente a pressão humana, estas populações subiram uma diminuição considerável.

Provavelmente, as reduções das distribuições da chita e do mabeco são relacionadas com motivos históricos, com a queda dos números de presas, as doenças e ao conflito com as populações rurais (seja com os criadores de animais, seja por causa da caça furtiva não selectiva). Estes conflitos também devem ser colocados no contexto do uso da terra e no aumento da população humana em Moçambique.

Durante os anos 60 e 70, as autoridades Português realizaram várias campanhas de abate de animais selvagens de forma a liberar áreas da mosca tsé-tsé para criação de gado (Dias, 1971).

Durante essas campanhas todo o tipo de animais foram mortos, incluindo carnívoros de grande porte, entre os quais o mabeco, leões e leopardos. Além disso, durante o longo período de guerra (guerra colonial até 1975 e da guerra civil até 1992), as populações de herbívoros foram dizimadas para alimentar as tropas. O efeito final destas não são mensuráveis, mas é certo que tiveram um forte impacto negativo sobre ambas as espécies, especialmente em termos de diminuição das presas.

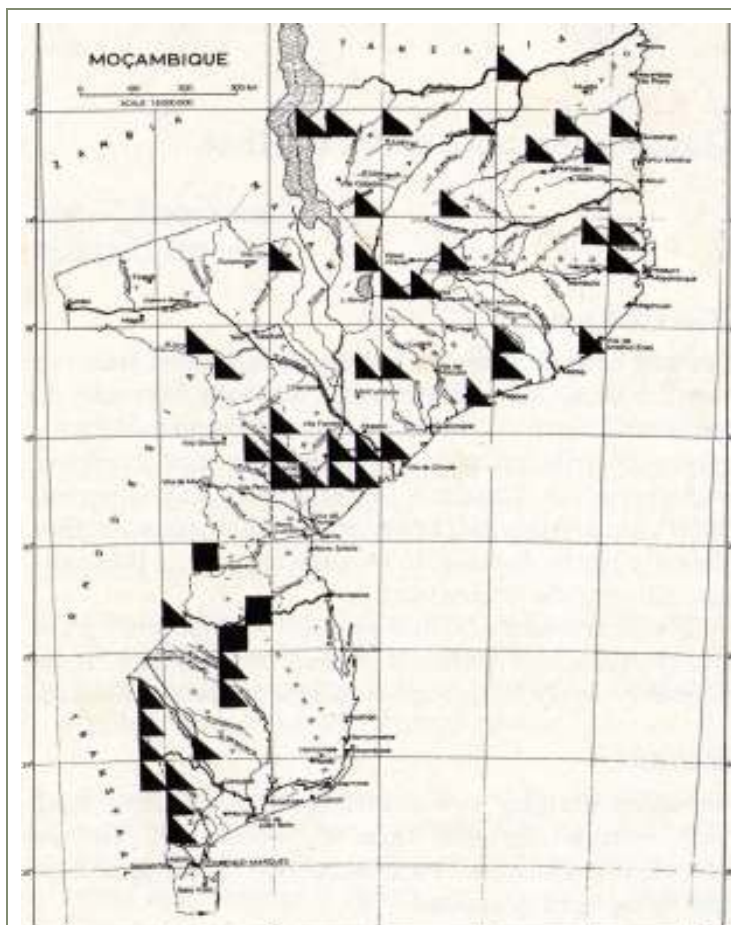
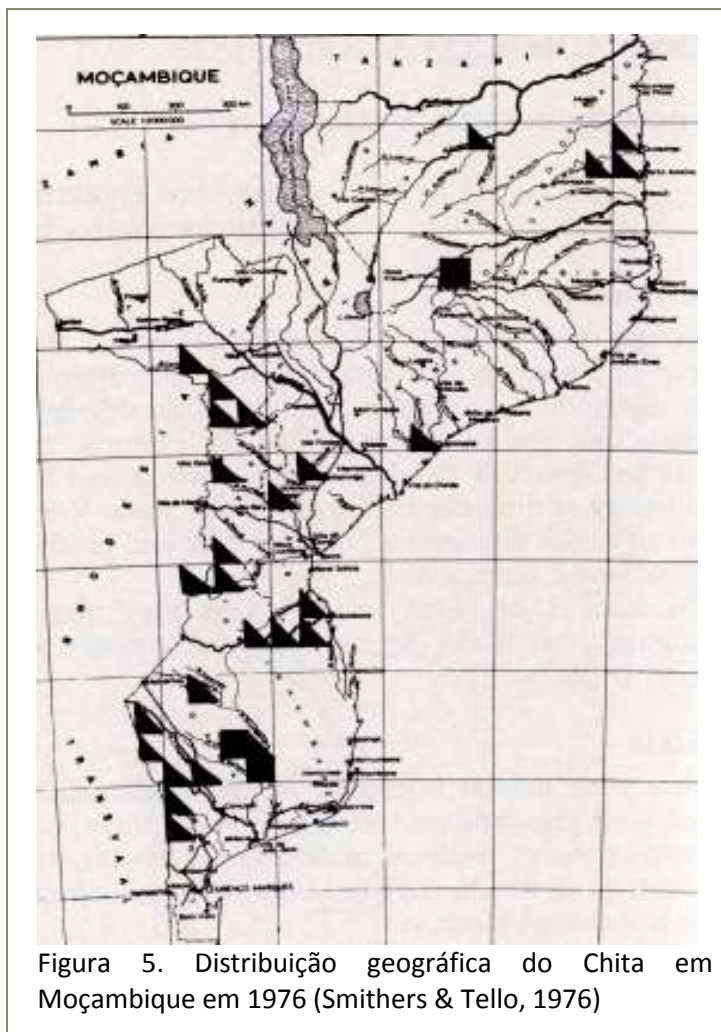


Figura 4. Distribuição geográfica do Mabeco em Moçambique em 1976 (Smithers & Tello, 1976)

Embora o conflito entre população humana, mabeco e chita não pare-se ser uma causa fundamental da diminuição das espécies em Moçambique, o aumento da população, especialmente nas áreas rurais, representa certamente uma ameaça, devido principalmente ao aumento do uso da terra, distribuição dos habitats e também actividade tais quais a caça furtiva que, de um lado diminuem as populações de presas e de outro lado podem matar, embora involuntariamente, estes animais.

Actualmente a população de Moçambique é de 20.530.714 (INE, Censo Geral da População 2007, <http://www.ine.gov.mz>), e tem mostrado um crescimento médio anual de 2,8% durante o período de 1997-2007. Sendo assim, é importante que a conservação destas duas espécies

seja compatível com este crescimento populacional e que o uso da terra seja cuidadosamente planeado de forma a minimizar os conflitos existentes e futuros.



2.3 Distribuição da Chita e do Mabeco em Moçambique

Algumas informações sobre as duas espécies estavam disponíveis por algumas áreas do País e por parte do pessoal das ACs, mas muitas vezes estas não foram cientificamente confiáveis. As únicas áreas com um bom grau de conhecimento das espécies são, de fato, a Reserva Nacional do Niassa, onde, desde 2003, o Projecto de Carnívoros de Niassa (NCP) tem vindo a acompanhar, entre outros carnívoros, a população do mabeco, e as áreas a norte da Província de Sofala onde existe um projecto de pesquisa e conservação apoiado pelo Museu de Historia Natural de Maputo.

Assim sendo, os participantes ao Seminário Nacional criaram, através do uso de um sistema digital, novos mapas de modo a permitir que a informação sobre a distribuição, a condição de conservação e as ameaças das espécies se reflectisse na formulação do presente plano. Além

disso, os mapas de distribuição geográfica são ferramentas bastante importantes para futuras actividades de planeamento de uso e aproveitamento de terras, seja a nível nacional, seja a nível local. Os participantes reviram os mapas tendo em consideração várias tipologias de áreas de distribuição das duas espécies, em particular foram utilizados as tipologias reportadas na Tabela 1, conforme aquelas definidas e utilizadas no Plano de Acção Regional.

Tabela 1. Tipologia das Área de distribuição utilizada para o mapeamento das espécies	
Áreas de distribuição	Definição
Área de distribuição certa	Área onde a espécie é residente, reconhecendo que ambos a chita e o mabeco têm excelentes capacidades de dispersão, o que significa que nem em todos os pontos da localização há a presença de uma população residente, havendo também a possibilidade de presença de alguns animais em dispersão. Em particular a área de distribuição certa foi definida como em que (i) a espécie foi detectada regularmente durante um período de vários anos, (ii) houve evidências de reprodução, e (iii) para o mabeco, houve avistamentos de mantilhas completas que contenham indivíduos de ambos os sexos de pelo menos três o mais animais.
Área de distribuição possível	Área onde a espécie ainda pode ocorrer, mas onde a residência não tinha sido confirmada nos últimos 10 anos. Normalmente, estas seriam as áreas que contem habitats adequados e presas, mas que tiveram pouco ou nenhum estudo específico nos últimos anos. Algumas áreas foram consideradas possíveis porque só estavam disponíveis relatórios não confirmados (por exemplo, os relatórios dos observadores inexperientes), ou só havia avistamentos de indivíduos ou grupos transitórios.
Área onde a espécie foi erradicada	Área onde a espécies não é mais presente. Pode ser dividido em: <ol style="list-style-type: none"> 1. Área não recuperável onde o habitat tem sido tão fortemente modificado ou fragmentado (por exemplo, cultivo ou urbanização) a ser inabitáveis por populações residentes da espécie no futuro próximo 2. Área recuperável onde o habitat e presas permanecem em condições são suficientemente a permitir a recuperação natural ou assistida das espécies dentro dos próximos 10 anos, se a acção de conservação estão a ser tomadas. Na designação de áreas recuperáveis, os participantes foram convidados a ter em conta que ambas as espécies vivem em baixas densidades e se movimentam muito, de modo que raramente seriam recuperáveis em áreas pequenas (<3.000 km²), salvo se uma gestão muito intensa pudesse ser implementada
Área de conexão	Área onde a espécie não pode ser residente, mas que os animais dispersantes podem usar tanto para mover entre as áreas ocupadas, ou para re-colonizar áreas onde foram extirpados. Essas conexões podem assumir a forma de "corredores" com habitats contínuos ou "stepping stones" com habitats fragmentados
Área de distribuição desconhecida	Área onde o status da espécie é actualmente desconhecido e não pode ser inferida com base no conhecimento da situação local de habitat e presas
Área de distribuição marginal	Área utilizada de forma intermitente por os mabecos, mas que se sabe não ser utilizada regularmente, sem apresentar qualquer ligação com as áreas de residência, as áreas possíveis ou as área desconhecida. É improvável que estas áreas são adequadas para populações residentes de mabecos. Estas áreas são susceptíveis de serem habitats naturais que são apenas marginalmente apropriados, como por exemplo o deserto

Os resultados do exercício de mapeamento desenvolvido ao longo do Seminário Nacional foram principalmente os seguintes:

- A confirmação da erradicação da chita nas áreas norte de Moçambique, especialmente na Reserva Nacional de Niassa (assim como referido pelo Tello, 1986) e do Parque Nacional das Quirimbas;
- A confirmação da erradicação da chita na Província de Tete;
- A confirmação de chitas residentes na Província de Gaza, em particular ao longo dos confins com a África do Sul (Kruger National Park) e o Zimbabwe (Gonarezhou National Park);
- A confirmação da importância das áreas a norte do País para o mabeco, especialmente a Reserva Nacional de Niassa e o Parque Nacional das Quirimbas;
- A presença de populações residentes de mabeco na reserva nacional de Gilé, no Parque Nacional do Limpopo, na Província de Tete e no norte da Província de Sofala.

Estes resultados são reportados nas figuras a seguir. Em particular são confrontados, por ambas as espécies, os mapas de distribuição presumidas antes do Seminário (Figuras 6 e 8) com os mapas revistos através do conhecimento e das informações relevantes aportadas pelos participantes (Figuras 7 e 9).

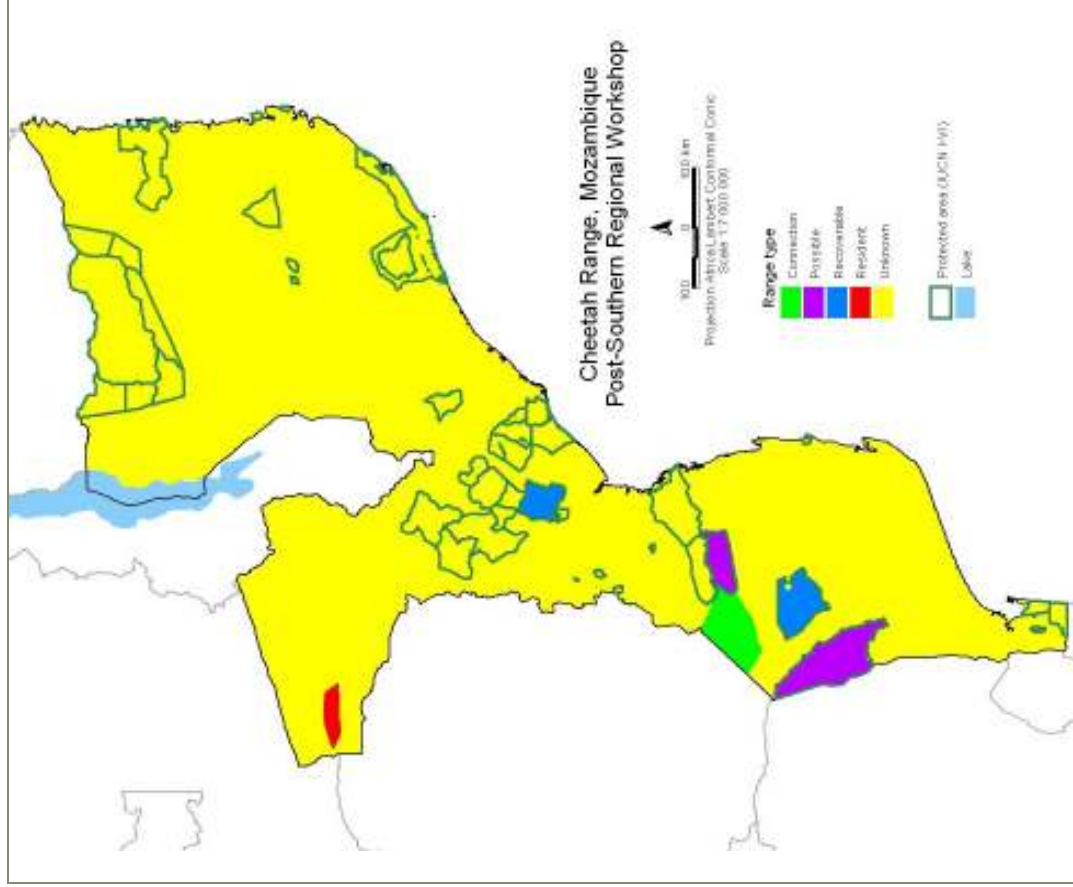


Figura 6. Distribuição geográfica presumida da Chita em Moçambique antes do Seminário Nacional

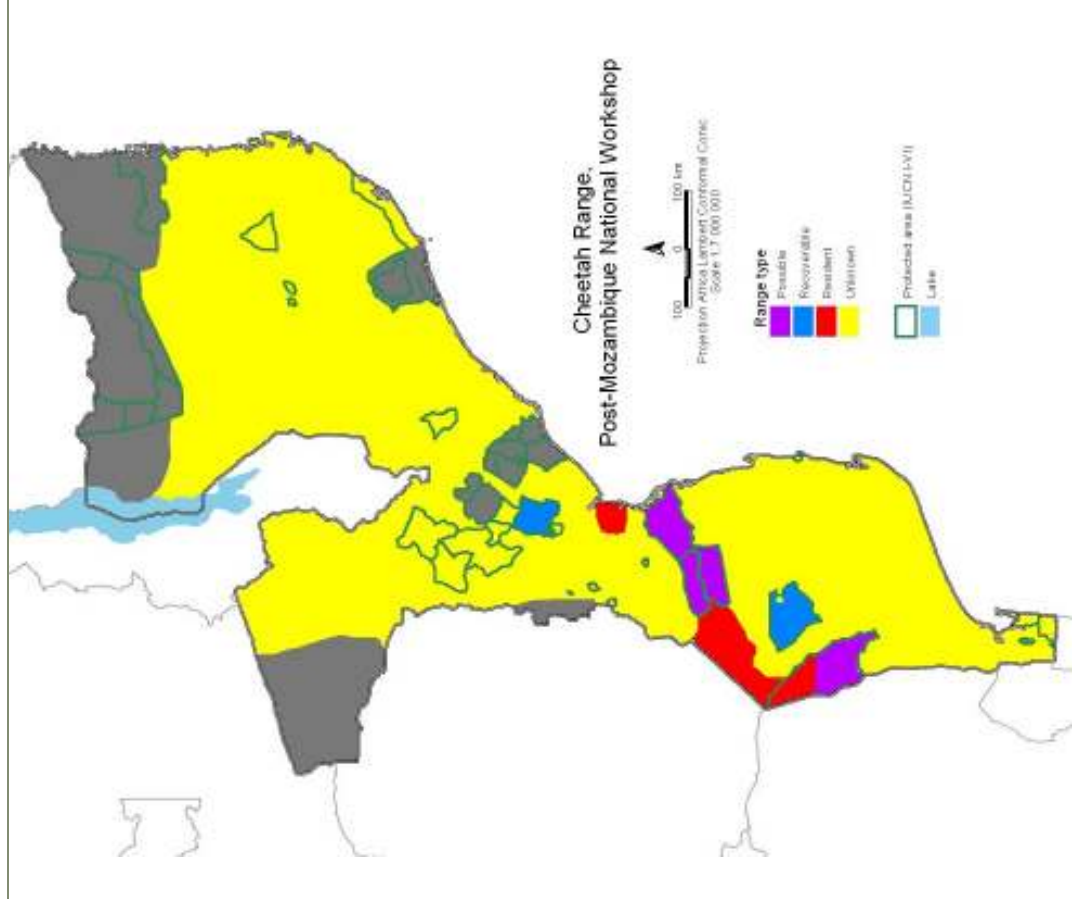


Figura 7. Distribuição geográfica presumida da Chita em Moçambique após o Seminário Nacional

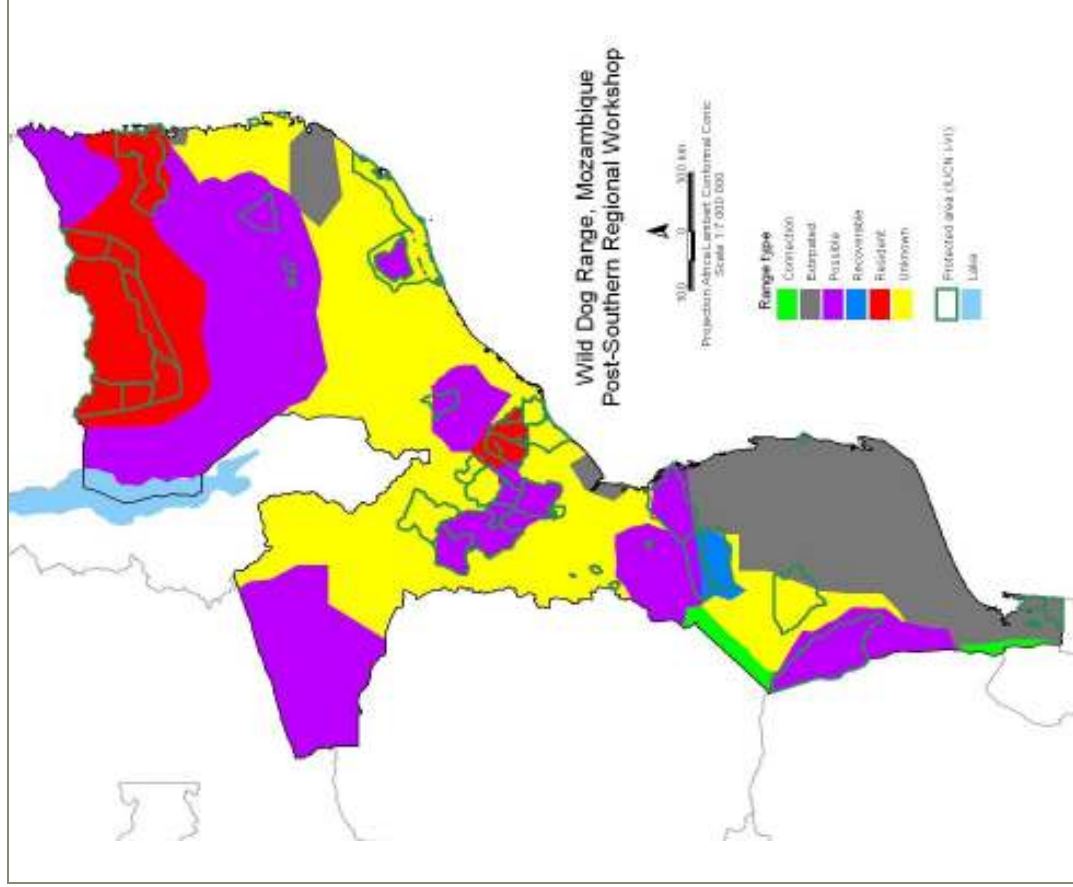


Figura 8. Distribuição geográfica presumida do Mabeco em Moçambique antes do Seminário Nacional

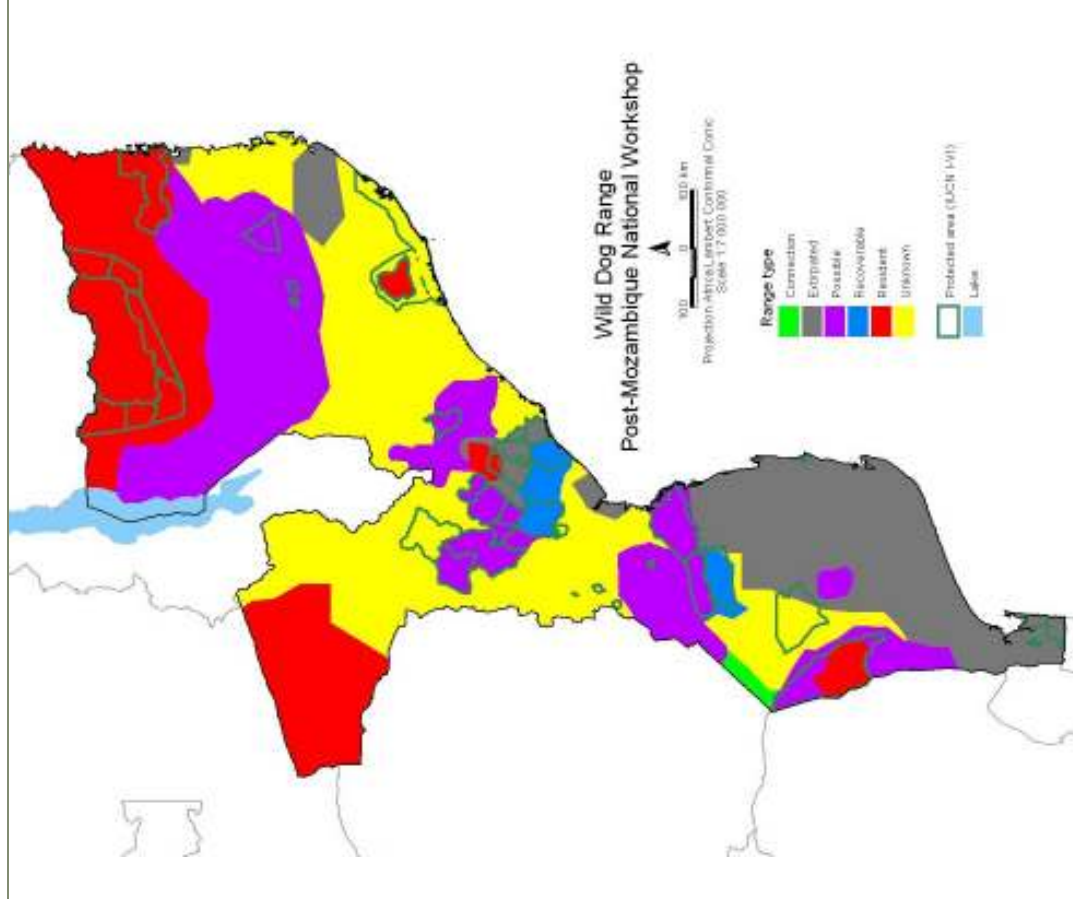


Figura 9. Distribuição geográfica presumida do Mabeco em Moçambique após o Seminário Nacional

Processo de Preparação do Plano de Acção Nacional

As autoridades moçambicanas participaram no exercício regional para o estabelecimento da estratégia regional, reconhecendo assim a importância da criação de um plano de acção nacional. Assim foi prevista a realização de um Seminário Nacional através do qual, envolvendo todos os intervenientes relevantes, fosse possível recolher as informações existentes sobre as duas espécies, incluindo as ameaças e os problemas relacionados a conservação.

O Seminário Nacional foi realizado em Maputo nos dias 28 e 29 de Julho de 2010 com a agenda reportada no Anexo 4. O seminário nacional foi realizado através de uma abordagem participativa, seguindo a metodologia de planeamento de conservação definida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN/Species Survival Commission, 2008). O Seminário Nacional foi realizado com o envolvimento de todos os actores relevantes, incluindo representantes das autoridades governamental, administradores das ACs, representantes dos institutos de pesquisas, representantes da indústria da caça desportiva e representantes das ONGs relacionadas com a conservação da natureza.

O processo também recebeu o apoio essencial da Dr.^a Netty Purchase (Coordenadora Regional para Conservação da Chita) que gentilmente actuou como facilitador, e que forneceu documentos importantes para orientar a organizar o Seminário Nacional.

O Seminário Nacional iniciou com uma series de apresentações sobre os aspectos da biologia, da ecologia e da conservação da chita e do mabeco em Moçambique. Depois das secções de perguntas e pedidos de esclarecimentos sobre os temas apresentados, os participantes em sessão plenária definiram a visão, o objectivo principal do presente plano de acção, com base nas definições utilizadas no Plano Estratégico para o Chita e o Mabeco na África Austral (IUCN/SSC, 2007).

Sucessivamente foram analisados os problemas principais assim como os maiores desafios para a conservação da chita e do mabeco no País. A seguir são reportados os aspectos mais relevantes que foram levantados:

1. Importância de incluir o sector privado e as comunidades locais no contexto da conservação das duas espécies;
2. A população humana crescente no País, bem como nas ACs, representa um problema crescente;

- 3.** Como garantir ambos o desenvolvimento humano e a conservação das duas espécies;
- 4.** Os serviços veterinários, seja a nível central, seja local, precisam de ser sensibilizados sobre o fato de que os mabecos não são reservatórios da raiva ou outras doenças;
- 5.** Moçambique é importante para a conservação global do mabeco (especialmente a reserva Nacional de Niassa);
- 6.** No País existem áreas com potencial para expansão e repovoamento das duas espécies, em particular para o mabeco;
- 7.** Existem possibilidades de repovoamento do mabeco em particular em algumas ACs (Parque Nacional de Zinave, Parque Nacional de Banhine, Parque nacional de Gorongosa) e de reforço da população (Reserva Nacional de Gilé);
- 8.** Tornar o mabeco como o animal símbolo nacional;
- 9.** Não há muitos conflitos entre as comunidades locais e os mabecos e chita;
- 10.** O planeamento e zoneamento do uso da terra são uma ferramenta essencial para melhorar a conservação das duas espécies, bem como para minimizar os conflitos;
- 11.** A captura acidental através de laços e armadilhas utilizadas na caça furtiva representa uma ameaça grave as duas espécies;
- 12.** As doenças representam uma ameaça, assim há necessidade de campanhas de sensibilização dos serviços de veterinárias e das comunidades locais, juntamente com campanhas de vacinação e zoneamento do uso da terra;
- 13.** Existem caso de mabecos mortos por causa do tráfego nas estradas. Sendo que as actividades nas estradas vão aumentar haverá necessidades de acções concretas neste aspecto (por exemplo mais sinais, campanha nacional de sensibilização, etc.);
- 14.** Estilo de vida compatível e práticas de agricultura sustentáveis (por exemplo casas e kraals melhorados, menos desmatamento de habitats) é essencial para garantir a conservação das duas espécies.

Sucessivamente, os participantes definiram os objectivos secundários, as metas a ser atingidas, as actividades a ser desenvolvidas, bem como as responsabilidades por cada actividade por cada um dos objectivos secundários descritos. Este exercício foi desenvolvido em grupos de trabalho, em particular foram criados seis grupos de trabalho, um por cada objectivo secundário identificado. Os resultados de cada grupo de trabalho foram então apresentados e analisados em plenária pelos participantes ao seminário, formando assim a base da Plano de Acção Nacional para a Conservação da Chita e Mabeco em Moçambique por um período de dez anos (2010-2020).

Resumindo, o processo de elaboração do presente plano foi constituído pelas seguintes sete etapas:

1. Definição de uma visão;
2. Definição de um objectivo principal;
3. Análise de problemas, incluindo novos mapas de distribuição geográfica das espécies;
4. Definição de um número de objectivos secundários directamente ligados aos problemas identificados na etapa anterior;
5. Definição de um número de metas a atingir para concretizar cada um dos objectivos secundários;
6. Definição de um número de actividades a ser desenvolvidas por cada meta;
7. Definição das responsabilidades e prazo de actuação para todas as actividades identificadas.

4

Plano de Acaçapo Nacional para a Conservação do Mabeco e Chita em Moçambique

Com base nas informações recolhidas através de pesquisa bibliográfica e sobre tudo na base das informações derivantes do seminário nacional, o Governo de Moçambique, formulou um plano de acção e estratégia de conservação para o Mabeco e o Chita. A estratégia nacional estabelece uma visão, um objectivo geral, objectivos secundários o específicos e metas a ser atingidas juntamente com um conjunto de actividades a ser implementadas por vários intervenientes identificados.

Este Plano de Acaçapo Nacional baseia-se na **Visão** compartilhada, aprovada pelos participantes durante o workshop, que é:

Assegurar, através de um conjunto de ecossistemas, uma população viável de chitas e mabecos, que possa coexistir com a população humana em Moçambique e que seja por ela valorizada

Esta visão reflecte bastante aquela definida e concordada no contexto da Estratégia Regional de para a Conservação da Chita e do Mabeco, sendo importante considerar que se pretendia assegurar uma continuidade de entendimentos entre este documento e o Plano Nacional para Moçambique. Apenas foi mudado África Austral com Moçambique.

O **Objectivo Principal** da estratégia é:

Melhorar as condições de existência de chitas e mabecos e assegurar um aumento viável de ambas as espécies em Moçambique

Também neste caso o Objectivo Principal reflecte plenamente aquilo definido na Estratégia Regional de para a Conservação da Chita e do Mabeco.

De forma á alcançar o Objectivo Principal definido, foram identificados durante o Seminário Nacional, **7 Objectivos Secundários (ou objectivos específicos)**, nomeadamente:

- Objectivo secundário 1: Melhorar as capacidades para lidar com todos os aspectos da conservação de chitas e mabecos em Moçambique
- Objectivo secundário 2: Melhorar o conhecimento dos aspectos biológicos e o estado da conservação de chitas e mabecos em Moçambique
- Objectivo secundário 3: Desenvolver e reforçar mecanismos que permitam a disseminação de informação relevante para a conservação de chitas e mabecos assegurando o entendimento e envolvimento de todos os intervenientes no processo
- Objectivo secundário 4: Promover a coexistência e gerir conflitos entre a população humana e chitas, mabecos em Moçambique
- Objectivo secundário 5: Promover e implementar o uso sustentável da terra que facilite a conservação de chitas e mabecos
- Objectivo secundário 6: Rever e, quando necessário, alterar legislação, políticas e protocolos a nível nacional ou local fortalecendo o suporte político para as necessidade de conservação de chitas e mabecos
- Objectivo secundário 7: Facilitar a implementação da estratégia nacional para a conservação de chitas e mabecos em Moçambique

No caso do Objectivo Secundário 1 não foram efectuadas, pelos participantes ao Seminário Nacional, mudanças significativas com respeito á Estratégia Regional.

No caso do Objectivo Secundário 2, os participantes quiseram incluir o melhoramento do conhecimento sobre o estado, bem como a biologia das duas espécies, sendo que existem poucas informações para Moçambique e, assim, há necessidade de melhorar estes conhecimentos. Sendo que Moçambique é potencialmente importante para a chita, é preciso entender por que esta espécie não ocorre em áreas do norte e oeste do País, embora a apesar da existência de habitats adequado e presença de presas.

No caso do Objectivo Secundário 3 não foram efectuadas, pelos participantes ao Seminário Nacional, mudanças significativas com respeito á Estratégia Regional. Apenas foram modificadas as palavras de forma a ter mais sentido em Português.

O Objectivo Secundário 4 levou a uma grande discussão sobre se o conflito ocorrido entre os seres humanos, chitas e mabeco em Moçambique. Conforme a informação providenciada pelo participantes, este conflito não é uma questão importante no País. No entanto, os participantes não queriam que este aspecto fosse completamente cancelado no plano nacional. Finalmente, ficou acordado que a promoção da coexistência viria em primeiro lugar no objectivo de forma a mostrar que este aspecto é relevante em Moçambique. Foi também acordado que o termo “minimizar” era demasiado restritivo, assim foi preferido o termo “gerir”. Houve também uma discussão que o uso da palavra “minimizar” implicaria fazer do conflito uma questão menor, quando na verdade poderia ser muito importante em algumas partes do País.

No caso do Objectivo Secundário 5 considerou-se que o objectivo inicial era demasiado longo e também o uso da expressão “desenvolvimento adverso” não era politicamente adequado. O objectivo foi encurtado e desenvolvimento removido, a substituir por uso sustentáveis da terra (ou seja, o ordenamento do território) para a conservação da chita e mabeco. Sustentável foi usado em vez de adequado, sendo esta palavra entendida pelas partes interessadas e não tem conotações políticas.

O Objectivo Secundário 6 inclui os objectivos 6 e 7 da Estratégia Regional. Após muita discussão, estes dois objectivos foram combinados sendo que não poderia um não poderia acontecer sem o outro, em outras palavras, eles estão ligados. “Fortalecendo o suporte político” (usado ao invés de compromisso) resulta na revisão da legislação, se necessário, e também leva a uma maior vontade política. O texto em português lê o objectivo de tal forma que não é dependente em cima do outro, mas ambos podem ocorrer ao mesmo tempo, ou independente. Reforçar o compromisso foi usado para mostrar que o país já demonstrou compromisso com a conservação da vida selvagem em muitos aspectos, mas há uma necessidade de reforçar o compromisso com a conservação da chita e mabeco, duas espécies que não possuem valor económico imediato e não causam grande conflito, por isso pode ser ignorada pelos políticos e outras autoridades, especialmente a nível local. Foi também acordado que no âmbito de um plano de acção nacional não é possível rever e modificar a legislação internacional, pelo que esta parte foi removida.

O Objectivo Secundário 7 reflecte o objectivo secundário número 8 da Estratégia Regional. Neste caso apenas foi revista a tradução de forma a ser mais consoante com a língua Portuguesa.

A seguir são reportadas as metas a ser alcançadas e as actividades a ser desenvolvidas para cada um dos objectivos identificados durante o seminário nacional:

Objectivo secundário 1

Meta 1.1: Determinar no início os elementos concretos que definem o nível de capacidade em cada um dos aspectos da conservação de chitas e mabecos

Actividade 1.1.1: Para cada aspecto da conservação (aplicação da legislação, resolução de conflitos, seguimento, pesquisa, educação e divulgação), estabelecer critérios de avaliação do nível de capacidade

Responsável: DNAC & DNTF

Período: 2 meses

Meta 1.2: Identificar, no país, lacunas nas capacidades em todos os aspectos da conservação de chitas e mabecos

Actividade 1.2.1: Realizar entrevistas e enviar questionários de avaliação que determinem a situação actual e identifiquem lacunas em todos os aspectos da capacidade de acção, no prazo de 10 meses, incluindo aplicação da lei, resolução de conflitos, seguimento, pesquisa, educação e divulgação

Responsável: DNAC & DNTF

Período: 10 meses

Meta 1.3: Desenvolver e implementar um programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa, em cada uma das Províncias do País

Actividade 1.3.1: Elaborar uma lista de escolas/instituições de pesquisa e ensino que façam formação nas áreas de aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa incluindo os currículos propostos, no prazo de três meses

Responsável: DNAC & DNTF (com envolvimento do MEC)

Período: 3 meses

Actividade 1.3.2: Desenvolver módulos de formação sobre aplicação de legislação, resolução de conflitos e pesquisa que preencham as necessidades de formação que foram identificadas a nível nacional, no prazo de seis meses

Responsável: DNAC & DNTF (com envolvimento do MEC)

Período: 6 meses

Actividade 1.3.3: Mobilizar financiamento que permita a realização do programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa, em cada uma das Províncias do País

Responsável: MITUR & MINAG

Período: 12 meses

Actividade 1.3.4: Implementar o programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa, em cada uma das Províncias do País

Responsável: MITUR & MINAG (com envolvimento do MEC)

Período: 15 meses

Meta 1.4: Criar uma rede de programas e instituições que aumentem as capacidades de monitoria, educação e divulgação

<u>Actividade 1.4.1:</u>	Criar uma base de dados das instituições e programas relacionados com monitoria, educação e divulgação
<u>Responsável:</u>	DNAC & DNTF
<u>Período:</u>	4 meses
<u>Actividade 1.4.2:</u>	Instituir um corpo que coordene a criação de uma rede de capacitação nacional em monitoria, educação e divulgação
<u>Responsável:</u>	DNAC & DNTF
<u>Período:</u>	4 meses
<u>Actividade 1.4.3:</u>	Criar uma plataforma que permita a ligação entre os membros da rede e o público em geral
<u>Responsável:</u>	DNAC & DNTF
<u>Período:</u>	4 meses

Objectivo secundário 2

Meta 2.1: Produzir e disseminar informação criteriosa e quantitativa sobre o estado de conservação de chitas e mabecos em Moçambique

<u>Actividade 2.1.1:</u>	Compilar, em todo o país, os dados disponíveis sobre o estado de conservação do mabeco e da chita e organizá-los em formatos similares a dos grandes carnívoros
<u>Responsável:</u>	MINAG & MITUR, envolvendo instituições de pesquisa Universidades, ONGs etc.
<u>Período:</u>	24 meses
<u>Actividade 2.1.2:</u>	Elaborar estudos para avaliar o estado de conservação, ameaças, causas e possíveis conflitos bem como as medidas de gestão
<u>Responsável:</u>	MINAG & MITUR, envolvendo instituições de pesquisa Universidades, ONGs etc.
<u>Período:</u>	60 meses
<u>Actividade 2.1.3:</u>	Difundir, em todo o país e aos principais intervenientes a informação relativa ao estado de conservação do mabeco e da chita
<u>Responsável:</u>	MINAG & MITUR, envolvendo instituições de pesquisa, Universidades, ONGs etc.
<u>Período:</u>	60 meses

Meta 2.2: Identificar e avaliar a eficácia das várias medidas de atenuação para reduzir as ameaças (incluindo a análise da relação custo/benefício das técnicas utilizadas)

Actividade 2.2.1: Avaliar a eficácia das várias medidas de atenuação para reduzir as ameaças em coordenação com todos os intervenientes

Responsável: MINAG (coordenação), MITUR Instituições de pesquisa, Museu de Historia Natural, ONGs etc.

Período: 60 meses

Meta 2.3: Adquirir melhor conhecimento sobre a dispersão, o uso do habitat e a dependência do mabeco e da chita

Actividade 2.3.1: Elaborar estudos que determinem a dispersão com relação as duas espécies em Moçambique e em particular ecologia alimentar e o habitat da chita

Responsável: MINAG & MITUR Instituições de pesquisa, Museu de Historia Natural, ONGs etc.

Período: 60 meses

Meta 2.4: Obter informação sobre as condições e distribuição do mabeco e da chita na região, e identificar áreas recuperáveis que não sejam re-colonizadas de forma natural

Actividade 2.4.1: Criar um banco de dados nacional sobre o estado distribuição e localização de chitas e mabecos em Moçambique

Responsável: MINAG & MITUR Instituições de pesquisa, Museu de Historia Natural, ONGs etc.

Período: continuo

Actividade 2.4.2: Realizar investigação sobre áreas desconhecidas para avaliar as condições e a distribuição do mabeco e da chita

Responsável: MINAG & MITUR Instituições de pesquisa, Museu de Historia Natural, ONGs etc.

Período: 60 meses

Actividade 2.4.3: Avaliar e identificar áreas de possível recuperação através de factores que possam influenciar a re-colonização natural ou artificial

Responsável: MINAG & MITUR Instituições de pesquisa, Museu de Historia Natural, ONGs etc.

Período: 24 meses

Objectivo secundário 3

Meta 3.1: Identificar benefícios relevantes para as comunidades locais, os governos e proprietários de terras

Actividade 3.1.1: Rever literatura existente para consolidar informações sobre os possíveis benefícios da conservação do mabeco e da chita a nível nacional

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Actividade 3.1.2: Realizar reuniões e encontros com as comunidades, proprietários de terras governos, para recolher informação que identifique importantes incentivos e benefícios

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Meta 3.2: Desenvolver projecto multimédia a nível nacional a partir do material existente

Actividade 3.2.1: Realizar programas informativos e interactivos através da Internet, sobre opiniões, dados, descobertas e actividades que reflectam a importância da conservação do mabeco e da chita

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Actividade 3.2.2: Criar e utilizar cartazes, panfletos, rádio, televisão, vídeo, fotografias e grupos de teatro para difundir localmente a informação

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 24 meses

Actividade 3.2.3: Criar e distribuir impressos uniformizados a nível nacional, para a recolha de dados sobre a distribuição de chitas e mabecos, principalmente em áreas onde exista falta de informação

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Meta 3.3: Promover a sensibilização a nível nacional sobre as ameaças locais do mabeco e da chita

Actividade 3.3.1: Promover concursos, dissertações, etc. em escolas e grupos para intensificar e realçar a educação sobre aspectos da conservação do mabeco e da chita a nível nacional

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Actividade 3.3.2: Lançar programas relacionados com a conservação de chitas e mabecos e integrá-los em actividades de clubes de jovens

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Actividade 3.3.3: Encorajar, a todos os níveis, o patrocínio de equipas desportivas, clubes e grupos com nomes relacionados com o mabeco e a chita

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Meta 3.4: Promover encontros nacionais sobre a situação do mabeco e da chita

Actividade 3.4.1: Realizar acções de formação anuais a nível nacional, em colaboração com os governos, investigadores e NGOs para obter informações sobre o desenrolar da conservação do mabeco e da chita

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Actividade 3.4.2: Participar num leque mais vasto de reuniões e em grupos de intervenientes interessados (quer dizer, os que não estão directamente ligados à conservação), para difundir informação acerca da conservação do mabeco e da chita

Responsável: MINAG & MITUR

Período: 12 meses

Objectivo secundário 4

Meta 4.1: Reduzir a mortalidade do mabeco e da chita em todas as províncias

Actividade 4.1.1: Esclarecer e controlar os casos de abate de mabecos e chitas

<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR Ministério do Interior, ONGs, comunidades locais
<u>Período:</u>	36 meses
<u>Actividade 4.1.2:</u>	Esclarecer e pressionar a aplicação de leis respeitantes ao abate de chitas e mabecos em todas as províncias
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	36 meses
<u>Actividade 4.1.3:</u>	Identificar áreas de conflito e determinar a extensão do custo dos danos actualmente causados por mabeco e chita
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	60 meses
<u>Actividade 4.1.4:</u>	Capacitar as Comunidades locais sobre as práticas de criação de animais domésticos que provam a diminuição dos efeitos devastadores
<u>Responsável:</u>	MINAG, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	36 meses
<u>Actividade 4.1.5:</u>	Desenvolver programas de informação geral sobre o Mabeco e a Chita
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	36 meses

Meta 4.2: Reduzir substancialmente os níveis de mortalidade acidental de mabecos e chitas em todas as províncias

<u>Actividade 4.2.1:</u>	Investigar e controlar, a nível do País, os números de morte acidental de mabecos e chitas
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	36 meses
<u>Actividade 4.2.2:</u>	Reduzir substancialmente a caça furtiva de mabecos e chitas
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	60 meses
<u>Actividade 4.2.3:</u>	Desenvolver programas eficazes para o controlo de doenças que ameaçam a viabilidade das populações de mabecos e chitas
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
<u>Período:</u>	60 meses

Actividade 4.2.4: Implementar programas objectivos que reduzam a mortalidade de mabecos e chitas nas estradas
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 60 meses

Actividade 4.2.5: Promover e encorajar práticas de utilização das terras que promovam vastos e contínuos espaços de habitat sem limitações
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 36 meses

Meta 4.3: Aumentar, em todo o território, a sensibilização dos intervenientes na conservação da Chita e Mabecos

Actividade 4.3.1: Produzir e difundir, em todas as províncias, material educativo e de sensibilização
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 24 meses

Actividade 4.3.2: Sensibilizar os líderes Comunitários para a importância da conservação de mabecos e chitas
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 36 meses

Meta 4.4: Aumentar valor intrínseco e económico das chitas e mabecos para todos os intervenientes

Actividade 4.4.1: Quantificar e divulgar o valor intrínseco e económico das chitas e mabecos para todos os intervenientes
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 60 meses

Actividade 4.4.2: Promover o desenvolvimento do ecoturismo em todas as províncias
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 60 meses

Actividade 4.4.3: Investigar e realçar os valores culturais de chitas e mabecos em toda a região
Responsável: MINAG, MITUR, ONGs, sector privado
Período: 60 meses

Objectivo secundário 5

Meta 5.1: Avaliar o actual uso de terras e sua relação com a conservação de chitas e de mabecos, identificando os factores de sucesso

Actividade 5.1.1: Identificar os intervenientes, a nível nacional, responsáveis pela definição de planos actuais e futuros de uso de terras

Responsável: MINAG, MICOA, MITUR, Governos distritais

Período: 12 meses

Actividade 5.1.2: Produzir um documento mostrando exemplos prósperos de planos de uso de terras, associadas à conservação de chitas e de mabecos, a nível nacional

Responsável: MPD, MICOA, Governos distritais

Período: 24 meses

Actividade 5.1.2: Produzir um documento mostrando exemplos prósperos de planos de uso de terras, associadas à conservação de chitas e de mabecos, a nível nacional

Responsável: MPD, MICOA, Governos distritais

Período: 24 meses

Meta 5.2: Estabelecer acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão (por ex. reservas, parques, projectos de desenvolvimento comunitários) através de uma tomada de consciência sobre os potenciais benefícios de uso de terra

Actividade 5.2.1: Obter consenso sobre o tamanho mínimo necessário para que as áreas de conservação (fazenda do bravio, reserva, parque e os programas de desenvolvimento comunitários) sejam eficazes para a conservação de chitas e mabecos

Responsável: UEM, MITUR, MINAG, MICOA

Período: 12 meses

Actividade 5.2.2: Produzir uma brochura informativa detalhando de modelos de conservação ilustrando os potenciais benefícios das reservas, parques, fazendas do Bravio e projectos de desenvolvimento comunitários

Responsável: MITUR, MINAG

Período: 6 meses

Actividade 5.2.3: Identificar, em cada província intervenientes com capacidade de liderar acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão

<u>Responsável:</u>	Governos provinciais
<u>Período:</u>	12 meses
<u>Actividade 5.2.4:</u>	Elaborar estratégias que promovam acordos de co-gestão da fauna bravia (por ex. através de incentivos fiscais e outros de carácter económico) e esboçar propostas a serem apresentadas em acções de formação, a nível nacional, sobre a conservação de chitas e de mabecos
<u>Responsável:</u>	MINAG, MITUR, Ministério das Finanças
<u>Período:</u>	12 meses
<u>Actividade 5.2.5:</u>	Promover e facilitar, a nível provincial, o estabelecimento de acordos de gestão de fauna bravia, em regime de co-gestão, dirigidos especialmente a detentores de DUAT e a representantes governamentais
<u>Responsável:</u>	Governos provinciais e detentores de DUATs
<u>Período:</u>	24 meses
<u>Actividade 5.2.6:</u>	Verificar a evolução dos acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão e a sua influência na conservação de chitas e mabecos, permitindo, se necessário, a elaboração de novas abordagens
<u>Responsável:</u>	MITUR, MINAG
<u>Período:</u>	24 meses
<u>Actividade 5.2.7:</u>	Manter e gerir as actuais áreas de ocorrência de chita e mabeco, através do plano de uso de terras apropriados
<u>Responsável:</u>	MITUR, MICOA, MINAG, MPD e Governos provinciais
<u>Período:</u>	60 meses

Meta 5.3: Promover a utilização de terras para a fauna bravia e a gestão de recursos naturais com base na comunidade, em áreas potenciais de conservação de mabecos e chitas

<u>Actividade 5.3.1:</u>	Identificar, em cada província, áreas actuais com maior potencial de ocorrência de mabecos e chitas para a sua conservação
<u>Responsável:</u>	MITUR, MINAG
<u>Período:</u>	12 meses
<u>Actividade 5.3.2:</u>	Efectuar estudos adequados para prepara projectos de gestão de fauna em cada província e que ajudem as comunidades locais na gestão e conservação de mabecos e chitas

Responsável: MITUR, MINAG, Governos provinciais

Período: 36 meses

Actividade 5.3.3: Controlar a evolução do uso de terras para a fauna bravia e a sua influência na conservação de chitas e mabecos, de modo a permitir a definição de novas estratégias

Responsável: MITUR, MINAG, Governos provinciais

Período: 48 meses

Meta 5.4: Garantir que a criação de animais domésticos não entre em conflito com a conservação da chita e mabeco

Actividade 5.4.1: Promover campanhas de sensibilização e programas de formação para as comunidades locais e aos criadores de gado de forma a garantir que não haja conflito entre os animais domésticos, mabecos e chitas

Responsável: MINAG

Período: 12 meses

Actividade 5.4.2: Avaliar e divulgar os resultados da eficácia de novas técnicas de criação e gestão de animais domésticos

Responsável: MINAG

Período: 12 meses

Objectivo secundário 6

Meta 6.1: Definir e acordar, entre as várias áreas de conservação, um plano director orientado para as actividades de conservação de chitas e mabecos em Moçambique que deverá fazer parte do plano de maneio de cada uma das áreas de conservação (incluindo as fazendas do bravio)

Actividade 6.1.1: O plano director será esboçado pela DNAC/DNTF e baseado no plano estratégico nacional de conservação de mabecos e chitas

Responsável: DNAC, DNTF

Período: 6 meses

Actividade 6.1.2: O Plano Director será levado aos Conselhos Consultivos alargados dos Ministérios do Turismo e da Agricultura para aprovação

Responsável: DNAC, DNTF

Período: 9 meses

Actividade 6.1.3: Organizar uma reunião a nível nacional onde o plano director será formalmente apresentado
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 12 meses

Meta 6.2: Assegurar que o plano director seja implementado

Actividade 6.2.1: Assegurar que as áreas de Conservação e fazendas do brávio incluam no seu plano de actividades as derivadas do plano director de conservação de mabeco e chitas
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 18 meses

Actividade 6.2.2: Monitorar as actividades planificadas
Responsável: DNAC, DNTF
Período: Contínuo

Meta 6.3: Avaliação da importância e da eficácia das actuais políticas, protocolos e legislação a nível nacional, relacionados com a conservação de mabecos e chitas, incluindo o tráfico de animais cativos

Actividade 6.3.1: Mobilizar recursos para contratar um consultor que realize uma avaliação e compile recomendações
Responsável: DNAC
Período: 12 meses

Actividade 6.3.2: Aumentar a troca de informações entre as áreas de Conservação e as Fazendas e do brávio e entre estas e as Direcções Nacionais para controlar o tráfico de mabecos e chitas
Responsável: DNAC, DNTF
Período: Contínuo

Meta 6.4: Rever, quando necessário, políticas, protocolos e legislação, e plano director

Actividade 6.4.1: As Direcções Nacionais devem redigir e/ou corrigir políticas, protocolos e legislação sempre que necessário
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 48 meses

Actividade 6.4.1: As Direcções Nacionais devem redigir e/ou corrigir políticas, protocolos e legislação sempre que necessário
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 48 meses

Actividade 6.4.2: Aprovar e implementar estas novas e/ou corrigidas políticas, protocolos e legislação
Responsável: DNAC, DNTF
Período: Contínuo

Meta 6.5: Melhorar a capacidade de aplicação das leis e a das instituições judiciais para implementar legislação, políticas e protocolos relevantes para a conservação de mabecos e chitas

Actividade 6.5.1: Dar prioridade às necessidades de competências para implementar legislação, políticas e protocolos relacionados com a conservação de mabecos e chitas
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 60 meses

Actividade 6.5.2: Mobilizar os recursos necessários para melhorar as capacidades existentes
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 60 meses

Actividade 6.5.3: Melhorar as capacidades de acordo com as prioridades definidas pelas Direcções Nacionais
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 60 meses

Meta 6.6: Atingir eficácia de comunicação e de colaboração entre os principais agentes de aplicação das leis e de gestão da vida selvagem em Moçambique

Actividade 6.6.1: Realizar acções de formação a nível nacional, com as principais ONGs e agências nacionais que participam actualmente na aplicação da legislação
Responsável: DNAC, DNTF
Período: 12 meses

Actividade 6.6.2: Preparar encontros a nível nacional que se realizem regularmente
Responsável: DNAC, DNTF
Período: Cada 24 meses

<u>Actividade 6.6.3:</u>	Incluir no encontro anual de Fauna Bravia, a nível nacional o encontro com as entidades responsáveis pela execução das leis
<u>Responsável:</u>	DNAC, DNTF
<u>Período:</u>	Anualmente
<u>Actividade 6.6.4:</u>	Desenvolver e uniformizar mecanismos e estratégias para registar ocorrências relativas a animais problemáticos
<u>Responsável:</u>	DNAC, DNTF
<u>Período:</u>	12 meses

Objectivo secundário 7

<u>Meta 7.1:</u>	Aprovar e implementar o Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e Mabeco
<u>Actividade 7.1.1:</u>	Rever e editar o Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e Mabeco
<u>Responsável:</u>	DNAC, DNTF, participantes ao Seminário Nacional
<u>Período:</u>	6 meses
<u>Actividade 7.1.2:</u>	Aprovar e publicar o Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e Mabeco
<u>Responsável:</u>	MITUR, MINAG
<u>Período:</u>	9 meses
<u>Actividade 7.1.3:</u>	Disseminar o Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e Mabeco entre todos os intervenientes a nível de Moçambique
<u>Responsável:</u>	MITUR, MINAG
<u>Período:</u>	Contínuo
<u>Actividade 7.1.4:</u>	Identificar, dentro das estruturas existentes, um coordenador nacional responsável para a implementação Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e Mabeco
<u>Responsável:</u>	MITUR, MINAG
<u>Período:</u>	1 mes

- Dias, J.A.T.S. 1971. Terão justificação os abates indiscriminados da caça como medida de luta contra a mosca tsé-tsé? Uma análise no caso de Moçambique. *Anais dos Serviços de Veterinária de Moçambique*: **17-19**: 23-52.
- Durant, S., Marker, L., Purchase, N., Belbachir, F., Hunter, L., Packer, C., Breitenmoser-Wursten, C., Sogbohossou, E. & Bauer, H. 2008. *Acinonyx jubatus*. In: IUCN 2010. IUCN Red List of Threatened Species. Version 2010.2. <www.iucnredlist.org>. Downloaded on 22 August 2010.
- IUCN/SSC. 2007. Regional Conservation Strategy for the Cheetah and African Wild Dog in Southern Africa. IUCN Species Survival Commission: Gland. Switzerland
- McNutt, J.W., Mills, M.G.L., McCreery, K., Rasmussen, G., Robbins, R. & Woodroffe, R. 2008. *Lycaon pictus*. In: IUCN 2010. IUCN Red List of Threatened Species. Version 2010.2. <www.iucnredlist.org>. Downloaded on 22 August 2010.
- Myers, N. 1975. The Cheetah (*Acinonyx jubatus*) in Africa. IUCN Monograph No 4.
- Ray, J., Hunter, L., & Zigouris, J. (2005) *Setting conservation and research priorities for larger African carnivores* Wildlife Conservation Society, New York.
- Smithers, R. & J. L. Tello. 1976. Check List and Atlas of the Mammals of Mozambique. The Trustees of the National Museum and Monuments of Rhodesia, Salisbury, 88 pages.
- Tello, J. L. 1986. Wildlife in Mozambique: Current Status and Problems. Internal Report for the World Wide Fund for Nature.

Este Plano de Acção Nacional para a Conservação da Chita e do Mabeco em Moçambique foi desenvolvido, durante o seminário nacional, através do uso de um Quadro Lógico. Esta metodologia consiste em trabalhar juntos no desenvolvimento da visão e objectivo da estratégia e, em seguida a análise do problema. Os problemas são, então, transformados em objectivo; resultados são definidos para cada objectivo e as actividades são definidas para cada resultado. Os quadros lógicos são instrumentos de gestão amplamente utilizados para melhorar o desempenho das intervenções, especialmente havendo vários intervenientes envolvidos na implementação. O quadro lógico facilita a apresentação coerente, lógica e sucinta das ligações entre as diferentes partes de uma intervenção e identifica os elementos estratégicos (Visão, objectivos, metas e actividades)

Visão

- Contém um vasto leque;
- Representa a situação ideal;
- A longo prazo muito (por exemplo, 25 anos).

Objectivo principal

- Representa a situação ideal, a longo prazo (aqui estimado em 10 anos);
- A estratégia deverá contribuir para o alcance do objectivo, mas não assume plena responsabilidade por isso;
- O Objectivo principal deve ser realista e mensurável.

Objectivos secundários

- Uma série de objectivos específicos a serem alcançados pela implementação da estratégia para resolver os problemas;
- Cronograma de, pelo menos, cinco anos;
- Objectivos secundários claros ajudam o planeamento e a execução.

Metas

- Estas são as normas pelas quais os conseguimentos dos objectivos são mesurados;
- Uma meta deve ser definida como um resultado directo ou resultado de uma actividade ou acção;
- As metas devem ser os resultados directos de uma actividade;
- As metas devem ser SMART: específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e calendarizadas.

Actividade

- Uma operação com um actor/responsável definido, uma metodologia e um prazo para atingir a meta.

Anexo 2

Quadro Lógico do Plano Nacional de Conservação da Chita e do Mabeco em Moçambique

Objectivo Secundário 1	Metas	Actividades	Responsabilidades	Prazo
Melhorar as capacidades para lidar com todos os aspectos da conservação de chitas e mabecos em Moçambique	1.1 Determinar no início os elementos concretos que definem o nível de capacidade em cada um dos aspectos da conservação de chitas e mabecos	1.1.1 Para cada aspecto da conservação (aplicação da legislação, resolução de conflitos, seguimento, pesquisa, educação e divulgação), estabelecer critérios de avaliação do nível de capacidade	DNAC, DNTF	2 meses
	1.2 Identificar, no país, lacunas nas capacidades em todos os aspectos da conservação de chitas e mabecos	1.2.1 Realizar entrevistas e enviar questionários de avaliação que determinem a situação actual e identifiquem lacunas em todos os aspectos da capacidade de acção, no prazo de 10 meses, incluindo aplicação da lei, resolução de conflitos, seguimento, pesquisa, educação e divulgação	DNAC, DNTF	10 meses
	1.3 Desenvolver e implementar um programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa, em cada uma das Províncias do país	1.3.1 Elaborar uma lista de escolas/instituições de pesquisa e ensino que façam formação nas áreas de aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa incluindo os currículos propostos 1.3.2 Desenvolver módulos de formação sobre aplicação de legislação, resolução de conflitos e pesquisa que preencham as necessidades de formação que foram identificadas a nível nacional 1.3.3 Mobilizar financiamento que permita a realização do programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e pesquisa, em cada uma das Províncias do país 1.3.4 Implementar o programa de formação sobre aplicação da legislação, resolução de conflitos e	DNAC, DNTF (envolvendo o MEC) DNAC, DNTF (envolvendo o MEC) MITUR, MINAG	3 meses 6 meses 12 meses

		pesquisa, em cada uma das Províncias do país			
	1.4 Criar uma rede de programas e instituições que aumentem as capacidades de monitoria, educação e divulgação	1.4.1 Criar uma base de dados das instituições e programas relacionados com monitoria, educação e divulgação	DNAC, DNTF	4 meses	
		1.4.2 Instituir um corpo que coordene a criação de uma rede de capacitação nacional em monitoria, educação e divulgação	DNAC, DNTF	4 meses	
		1.4.3 Criar uma plataforma que permita a ligação entre os membros da rede e o público em geral	DNAC, DNTF	4 meses	
		Actividades	Responsabilidades	Prazo	
Objectivo Secundário 2 Melhorar o conhecimento dos aspectos biológicos e o estado da conservação de chitas e mabecos em Moçambique	Metas				
	2.1 Produzir e disseminar informação criteriosa e quantitativa sobre o estado de conservação de chitas e mabecos em Moçambique	2.1.1 Compilar, em todo o país, os dados disponíveis sobre o estado de conservação chita e mabeco e organizá-los em formatos similares a dos grandes carnívoros	MINAG, MITUR, instituições de pesquisa, ONGs etc.	24 meses	
		2.1.2 Elaborar estudos para avaliar o estado de conservação, ameaças, causas e possíveis conflitos bem como as medidas de gestão	MINAG, MITUR, instituições de pesquisa, ONGs etc.	60 meses	
		2.1.3 Difundir, em todo o país e aos principais intervenientes a informação relativa ao estado de conservação da chita e mabeco	MINAG, MITUR, instituições de pesquisa, ONGs etc.	60 meses	
	2.2 Identificar e avaliar a eficácia das várias medidas de atenuação para reduzir as ameaças (incluindo a análise da relação custo/benefício das técnicas utilizadas)	2.2.1 Avaliar a eficácia das várias medidas de atenuação para reduzir as ameaças em coordenação com todos os intervenientes	Coordenado pelo MINAG instituições de pesquisa, Museu de historia Natural, ONGs, MITUR	60 meses	
	2.3 Adquirir melhor conhecimento sobre a dispersão, o uso do habitat e a dependência de chitas e mabecos	2.3.1 Elaborar estudos que determinem a dispersão com relação as duas espécies em Moçambique e em particular ecologia alimentar e o habitat da chita	MITUR, MINAG, instituições de pesquisa	60 meses	
	2.4 Obter informação sobre as condições e distribuição de chitas e mabecos na região, e	2.4.1 Criar um banco de dados nacional sobre o estado, distribuição e localização de chitas e mabecos em Moçambique	MITUR, MINAG, instituições de pesquisa	Contínuo	

Objectivo Secundário 4 Promover a coexistência e gerir conflitos entre a população humana e chitas, mabecos em Moçambique	3.4 Promover encontros nacionais sobre a situação do mabeco e da chita	relacionados com o mabeco e a chita		
		3.4.1 Realizar acções de formação anuais a nível nacional, em colaboração com os governos, investigadores e ONGs para obter informações sobre o desenrolar da conservação do mabeco e da chita	MITUR, MINAG	12 meses
		3.4.2 Participar num leque mais vasto de reuniões e em grupos de intervenientes interessados (quer dizer, os que não estão directamente ligados à conservação), para difundir informação acerca da conservação do mabeco e da chita	MITUR, MINAG	12 meses
		Actividades	Responsabilidade	Prazo
4.1 Reduzir a mortalidade do mabeco e da chita em todas as províncias	4.1.1 Esclarecer e controlar os casos de abate de chitas e mabecos		MITUR, MINAG, Ministério do Interior, ONGs, comunidades locais	36 meses
		4.1.2 Esclarecer e pressionar a aplicação de leis respeitantes ao abate de chitas e mabecos em todas as províncias	MITUR, MINAG e ONGs, sector privado	36 meses
4.2 Reduzir substancialmente os níveis de mortalidade accidental de chitas e mabecos, em todas as províncias	4.1.3 Identificar áreas de conflito e determinar a extensão do custo dos danos actualmente causados por chitas e mabecos		MINAG, MITUR, ONGs, sector privado	60 meses
		4.1.4 Capacitar as Comunidades locais sobre as práticas de criação de animais domésticos que provam a diminuição dos efeitos devastadores	MINAG, ONGs, sector privado	36 meses
	4.1.5 Desenvolver programas de informação geral sobre a chita e o mabeco		MITUR, MINAG, ONGs, sector privado	36 meses
	4.2.1 Investigar e controlar os números de morte accidental de chitas e mabecos		MITUR, MINAG, ONGs, sector privado	36 meses
		4.2.2 Reduzir substancialmente a caça furtiva de chitas e mabecos	MINAG e MITUR, comunidades locais, sector privados	60 meses
	4.2.3 Desenvolver programas eficazes para o controlo de doenças que ameaçam a viabilidade das populações de chitas e mabecos		MINAG, MITUR, ONGs, sector privado	60 meses

		4.2.4 Implementar programas objectivos que reduzam a mortalidade de chitas e mabecos nas estradas	ANE, MINAG, MITUR, ONGs, sector privado	60 meses
		4.2.5 Promover e encorajar práticas de utilização das terras que promovam vastos e contínuos espaços de habitat sem limitações	MINAG, MITUR, Sector privado, ONGs	36 meses
	4.3 Aumentar, em todo o território, a sensibilização dos intervenientes na conservação de chitas e mabecos	4.3.1 Produzir e difundir, em todas as províncias, material educativo e de sensibilização	MINAG, MTUR, ONGs, sector privado	24 meses
		4.3.2 Sensibilizar os líderes Comunitários para a importância da conservação de chitas e mabecos	MINAG, MITUR, ONGs e sector privado	36 meses
	4.4 Aumentar valor intrínseco e económico das chitas e mabecos para todos os intervenientes	4.4.1 Quantificar e divulgar o valor intrínseco e económico das chitas e mabecos para todos os intervenientes	MITUR, MINAG, ONGs, sector privado	60 meses
		4.4.2 Promover o desenvolvimento do ecoturismo em todas as províncias	MITUR, MINAG, ONGs, sector privado	60 meses
		4.4.3 Investigar e realçar os valores culturais de chitas e mabecos em toda a região	MITUR, MINAG, ONGs sector privado	60 meses
		Actividades	Responsabilidade	Prazo
Objectivo Secundário 5 Promover e implementar o uso sustentável da terra que facilite a conservação de chitas e mabecos	5.1 Avaliar o actual uso de terras e sua relação com a conservação de chitas e de mabecos, identificando os factores de sucesso	5.1.1 Identificar os intervenientes-chave a nível nacional, responsáveis pela definição de planos actuais e futuros de uso de terras	MINAG, MICOA MITUR, Governos distritais	12 meses
		5.1.2 Produzir um documento mostrando exemplos prósperos de planos de uso de terras, associadas à conservação de chitas e de mabecos, a nível nacional	MPD, MICOA, Governos distritais	24 meses
	5.2 Estabelecer acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão (por ex. reservas, parques, projectos de desenvolvimento comunitários) através de uma tomada de consciência sobre os potenciais benefícios de uso de terra	5.2.1 Obter consenso sobre o tamanho mínimo necessário para que uma fazenda do bravo, reserva, parque e os programas de desenvolvimento comunitários, sejam eficazes para a conservação de chitas e mabecos	UEM, MITUR, MINAG, MICOA	12 meses
		5.2.2 Produzir uma brochura informativa detalhando de modelos de conservação ilustrando os potenciais benefícios das reservas, Parques, fazendas do Bravo e projectos de desenvolvimento comunitários	MITUR, MINAG	6 meses
		5.2.3 Identificar, em cada província, intervenientes	Governos provinciais	12 meses

	com capacidade de liderar acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão		
	5.2.4 Elaborar estratégias que promovam acordos de co-gestão da fauna bravia (por ex. através de incentivos fiscais e outros de carácter económico) e esboçar propostas a serem apresentadas em acções de formação, a nível nacional, sobre a conservação de chitas e mabecos	MINAG, MITUR e Ministério das Finanças	12 meses
	5.2.5 Promover e facilitar, a nível provincial, o estabelecimento de acordos de gestão de fauna bravia, em regime de co-gestão, dirigidos especialmente a detentores de DUAT e a representantes governamentais	Governos Provinciais e detentores de DUAT	24 meses
	5.2.6 Verificar a evolução dos acordos de gestão de fauna bravia em regime de co-gestão e a sua influência na conservação de chitas e mabecos, permitindo, se necessária, a elaboração de novas abordagens	MITUR, MINAG	24 meses
	5.2.7 Manter e gerir as actuais áreas de ocorrência de chita e mabeco, através do plano de uso de terras apropriado	MITUR, MICOA, MINAG, MPD, Governos provinciais	120 meses
	5.3 Promover a utilização de terras para a fauna bravia e a gestão de recursos naturais com base na comunidade, em áreas potenciais de conservação de chitas e mabecos	MITUR e MINAG	12 meses
	5.3.1 Identificar, em cada provincia, áreas actuais com maior potencial de ocorrência de chitas e de mabecos para a sua conservação	MINAG, MITUR e Governos provinciais	36 meses
	5.3.2 Efectuar estudos adequados para prepara projectos de gestão de fauna em cada provincia e que ajudem as comunidades locais na gestão e conservação de chitas e mabecos	MINAG, MITUR Governos provinciais	48 meses
	5.3.4 Controlar a evolução do uso de terras para a fauna bravia e a sua influência na conservação de chitas e mabecos, de modo a permitir a definição de novas estratégias	MINAG, MITUR Governos distritais	12 meses
	5.4 Garantir que a criação de animais domésticos não entre em conflito com a	MINAG	12 meses

	conservação de chitas e mabecos	não haja conflito entre os animais domésticos chitas e mabecos	MINAG	12 meses	
		5.4.2 Avaliar e divulgar os resultados da eficácia de novas técnicas de criação e gestão de animais domésticos			
Objectivo Secundário 6	Metas	Actividade	Responsabilidade	Prazo	
Rever e, quando necessário, alterar legislação, políticas e protocolos a nível nacional ou local fortalecendo o suporte político para as necessidade de conservação de chitas e mabecos	6.1 Definir e acordar, entre as várias áreas de conservação, um plano director orientado para as actividades de conservação de chitas e mabecos em Moçambique que deverá fazer parte do plano de maneio de cada uma das áreas de conservação (incluindo as fazendas do bravo)	6.1.1 O plano director será esboçado pela DNAC/DNTF e baseado no plano estratégico nacional de conservação de Chita e Mabecos, no prazo de seis meses	DNAC, DNTF	6 meses	
		6.1.2 O Plano Director será levado aos Conselhos Consultivos alargados dos Ministérios do Turismo e da Agricultura para aprovação	DNAC, DNTF	9 meses	
		6.1.3 Organizar uma reunião a nível nacional onde o plano director será formalmente apresentado no prazo de 12 meses	DNAC, DNTF	12 meses	
	6.2 Assegurar que o plano director seja implementado	6.2.1 Assegurar que as áreas de Conservação e fazendas do bravo incluam no seu plano de actividades as derivadas do plano director de conservação de chitas e mabeco	DNAC, DNTF	18 meses	
		6.2.2 Monitorar as actividades planificadas para 2012	DNAC, DNTF	Contínuo	
	6.3 Avaliação da importância e da eficácia das actuais políticas, protocolos e legislação - a nível nacional, relacionados com a conservação de chitas e mabecos, incluindo o tráfico de animais cativos		6.3.1 Mobilizar recursos para contratar um consultor que realize uma avaliação e compile recomendações,	DNAC	12 meses
			6.3.2 Aumentar a troca de informações entre as áreas de Conservação e as Fazendas e do bravo e entre estas e as Direcções Nacionais para controlar o tráfico de chitas e mabecos	DNAC, DNTF	Contínuo
	6.4 Rever, quando necessário, políticas, protocolos e legislação, e plano director		6.4.1 As Direcções Nacionais devem redigir e/ou corrigir políticas, protocolos e legislação sempre que necessário, no prazo de quatro anos	DNAC, DNTF	48 meses
			6.4.2 Aprovar e implementar estas novas e/ou	DNAC, DNTF	60 meses

		corrigidas políticas, protocolos e legislação		
	6.5 Melhorar a capacidade de aplicação das leis e a das instituições judiciais para implementar legislação, políticas e protocolos relacionados com a conservação de chitas e mabecos	6.5.1 As Direções Nacionais devem dar prioridade às necessidades de competências para implementar legislação, políticas e protocolos relacionados com a conservação de chitas e mabecos	DNAC, DNTF	Continuo
	6.6 Atingir eficácia de comunicação e de colaboração entre os principais agentes de aplicação das leis e de gestão da vida selvagem em Moçambique	6.6.1 Realizar acções de formação a nível nacional, com as principais ONGs e agências nacionais que participam actualmente na aplicação da legislação, no prazo de um ano	DNAC, DNTF	12 meses
		6.6.2 Preparar encontros a nível nacional que se realizem regularmente cada dois anos	DNAC, DNTF	Cada 24 meses
		6.6.3 Incluir no encontro anual de Fauna Bravia, a nível nacional o encontro com as entidades responsáveis pela execução das leis	DNAC, DNTF	Anualmente
		6.6.4 Desenvolver e uniformizar mecanismos e estratégias para registar ocorrências relativas a animais problemáticos	DNAC, DNTF	12 meses
Objectivo Secundário 7	Metas	Actividade	Responsabilidade	Prazo
Facilitar a implementação da Estratégia Nacional de conservação de chita e mabeco em Moçambique	7.1 Aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Conservação de chita e mabeco nos próximos 10 anos	7.1.1 Rever e editar a Estratégia Nacional	DNAC, DNTF, participantes ao Seminário Nacional	6 meses
		7.1.2 Aprovar e publicar a Estratégia Nacional	MITUR, MINAG	3 meses
		7.1.3 Disseminar a Estratégia Nacional entre todos os intervenientes em Moçambique	MITUR, MINAG	Continuo
		7.1.4 Identificar, dentro das estruturas existentes, um coordenador nacional responsável para a implementação da Estratégia Nacional	MITUR, MINAG	1 mes

Anexo 3

Lista dos participantes ao Seminário Nacional

Nome	Instituição	Correio electrónico	Contacto
António José Abacar	Parque Nacional de Zinave MITUR	pzinave@yahoo.it	00258 843988522
Amândio Nkavando	Reserva Nacional Gilé MITUR	rngile@gmail.com	00258 825946560
José Dias dos Santos Mohamede Castro Rassule	Parque Nacional Quirimbas MITUR	jodias@tdm.co.mz	00258 824617360
Alberto Augusto Siqueira	SPFFB Cabo Delgado	rassulec@yahoo.com.br	00258 827472840
Alessandro Fusari	SPFFB Gaza	alauisqueia@yahoo.com.br	00258 829063400
Foamisco Gerente Sixpence	Fundação IGF	alessandrofusari@yahoo.it	00258 823025539
Salvador Chelene Como	SPFFB Tete	fgsixpence@gmail.com	00258 825843480
Valdemiro Cosimo Assinde	SPFFB Sofala	salvadorcomo@yahoo.com	00258 823863180
Agostinho Jorge	SPFFB Zambézia	assinde@gmail.com	00258 825478101
Atanasio Jujumene	Reserva Nacional Niassa	agostinhojorge@gmail.com	00258 827888090/823151640
Raimundo Vasco Matusse	Reserva Nacional Marrromeu MITUR	aiujumene@yahoo.com.br	00258 824883230
Ezequiel Fabiano	DNAC MITUR	rajmatusse@hotmail.com	00258 824743260
Paulo Barros	Cheetah Conservation Fund	fabiano.ezekiel@gmail.com	
Rezia Cumbi	DNTF	barropa@yahoo.com.br	00258 824562820
Jean-Marc André	DNTF	rezia17cumbi@yahoo.com.br	00258 824052660
Carlos Lopes Pereira	Museu Historia Natural UEM	andrejmoz@yahoo.fr	00258 825470640
Oraca Elias Cuambe	Parque Nacional Gorongosa	carlosp@gorongosa.net	00258 823223310
Maria Cidália Mahumane	DNAC MITUR	oraca5@yahoo.com.br	00258 827874407
Arlete Firmino Macuacua	DNAC MITUR	cida72cida@yahoo.com.br	00258 823442312
	DNAC MITUR	afirmino21@yahoo.com.br	00258 827113990

Patrício Cornelio Mwuitu	DNAC MITUR	pmwuitu@yahoo.com.br	00258 827841118
Abel Nhabanga	DNAC MITUR		00258 827228070
Colleen Begg	Niassa Carnivore Project	ratel@iafrica.com	
Adamo Valy	Rio Save Safaris	adamov@holland.co.mz	00258 828283780
Netty Purchase	Regional Programme	cheetah@mweb.co.zw	00263 913016295
Lino Evaristo da Silva	ABIODES	abiodes@tvcabo.co.mz	00258 823061920
Paula D. Boase	SGP UNDP	paula.boase@undp.org	00258 824510038
Madyo Couto	Reserva Nacional Niassa	madyo.couto@gmail.com	00258 825797414
Marcelino Foloma	DNTF	mfoloma@yahoo.co.uk	
Afonso Madope	ACTF MITUR	amadlope@tvcabo.co.mz	00258 823222270
Julieta Lichuge	DNAC MITUR	jlichuge@yahoo.com.br	00258 823994770
Domingos Conjo	Parque Nacional Banhine MITUR	dconjo@yahoo.com.br	00258 829382820/843382820

Anexo 4 Agenda do Seminário Nacional



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO TURISMO
DIRECÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DIRECÇÃO NACIONAL DE TERRAS E FLORESTAS

Seminário para Preparação do Plano Nacional de Acção para a Conservação da Chita e do Mabeco

Maputo, Hotel Tivoli

28 e 29 de Junho de 2010

AGENDA

28 de Junho de 2010

<i>Horas</i>	<i>Tema</i>	<i>Orador</i>
08;30-09;00	Registo dos participantes	Secretariado
09:00-09:30	Abertura da Reunião propósito da reunião/importância	Director Nacional da DNAC/DNTF
09:30-10:15	Estado de conservação e distribuição do Cão Selvagem e Chita na região da África Austral; ameaças para a sobrevivência	Dr. ^a Netty Purchase
10:15-10:45	Intervalo – Café	
10:45-11:00	Necessidades para a conservação do Cão Selvagem e Chita: Processo de planeamento a nível regional e importância do seminário nacional.	Dr. ^a Netty Purchase

11:00 – 11:30	Niassa Carnivore Project. Estado de Conservação do Mabeco e Chita na Reserva Nacional de Niassa	Dr.ª Colleen Beggs
11:30-12:15	Relatório sobre o estado de conservação do Chita e Mabeco no Norte da Província de Sofala, Cabo Delgado e parte da Reserva Nacional de Niassa. Estudo demográfico de pequena população em Chiringoma e Marromeu	Dr. Jean-Marc André
12:15-13:30	Intervalo par almoço	
13:30-14:30	Secção Plenária – Revisão do mapa de distribuição do Chita em Moçambique (uso de mapeamento digital)	Dr.ª Netty Purchase, Alessandro Fusari
14:30-15:30	Definição da Visão, Objectivo Geral e Objectivos Específicos do Plano Nacional utilizando como base a Estratégia Regional para a conservação do Cão Selvagem e Chita na África Austral	Dr.ª Netty Purchase, Alessandro Fusari
15:30-15:45	Intervalo para o café	
15:45-16:00	Definição dos grupos de trabalho para revisão dos resultados esperados por cada objectivo, explicações sobre o trabalho em grupo	Dr.ª Netty Purchase, Alessandro Fusari
16:00-17:00	Trabalho de Grupo - Revisão das Metas	Alessandro Fusari
17:15	Fim do primeiro dia	

29 de Junho de 2010

Horas	Tema	Orador
08:30-09:00	Secção Plenária – Apresentação da Revisão das Metas (<i>cada grupo de trabalho</i>)	Grupos de Trabalho
09:00-10:15	Trabalho de Grupo – Revisão das Actividades a serem desenvolvidas	Grupos de Trabalho
10:15-10:45	Intervalo para o café	
10:45- 12:15	Continuação do Trabalho de Grupo – Revisão das actividades a serem desenvolvidas	Grupos de Trabalho
12:15-13:30	Intervalo para o almoço	
13:30-14:30	Secção Plenária - Apresentação das Actividades Revistas (<i>cada grupo de trabalho</i>)	Grupos de Trabalho
15:00	Agradecimentos, considerações finais e Fim do Seminário (DNAC)	DNAC
15:15	Fim do Seminário	